

Jornal da Cidade

25 de Outubro de 2013



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

SHOWS

Músicos denunciam cartel de produtoras

O objetivo da I Caminhada da Cultura, cuja concentração ocorreu na tarde de ontem, na Praça da Bandeira (capital), foi protestar contra supostos abusos cometidos em shows realizados no Estado. Segundo Tonico Saraiva, presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Sergipe (Sindmusi), há um 'conluio' entre produtoras de shows, alguns artistas e prefeituras. "Acreditamos que haja um cartel para usufruir de altos cachês", disse. Outro problema seria a demora excessiva nos pagamentos. A alegação dos manifestantes é que alguns músicos têm assinado recibos com determinado valor e recebido outra quantia, geralmente bastante abaixo do documentado.

Três carros de som, que contaram com a apresentação de diversos cantores, passaram pela rua Estância, seguindo para a avenida Hermes Fontes até o Palácio do Governo. O evento contou com o apoio de outros sindicatos e de membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT). "O ponto crucial nessa bagunça é o fato de os músicos locais não conseguirem furar o bloqueio de atividades que envolvem dinheiro público", disse Rubens Marques, da CUT.

A Controladoria Geral da União (CGU) tem apurado, através de processo administrativo, diversas irregularidades; a CGU pediu, inclusive, auxílio ao Sindmusi para a investigação das denúncias. O envolvimento da CGU se deve ao fato de o valor dos shows ser financiado pelo Ministério do Turismo (MTur). Também há processo na Justiça acerca do assunto. Saraiva afirmou que não foi o sindicato o responsável pela denúncia nem quis informar a identidade do autor.

Cachês

Rubens Marques falou que há casos de contratantes [principalmente prefeituras] que levam um ano sem pagar o artista. A denúncia mais recente envolve o São João de Estância. "Houve a afirmação de que o transporte, hospedagem e alimentação foram cobertos pela empresa organizadora. No entanto, nenhuma banda se hospedou ou se alimentou", disse. O Ministério Público averigua a fraude e está com inquérito aberto acerca do caso.

Marques afirma, ainda, que o músico sergipano não tem a presunção de monopolizar o mercado, mas de garantir algum espaço. "Veja o que aconteceu há alguns anos, quando o Congresso regulamentou a presença de música nacional nas rádios. Nessa época, predominava a música internacional", frisou. A central disponibilizou a sua assessoria jurídica para auxiliar o Sindmusi.